

Estudo sobre os espaços livres de uso público e áreas verdes da regional 02 - grande ibes, município de vila velha - es

Study of the spaces public and the green areas of the regional 02 - grande ibes, vila velha municipal - es

Rhaiani Vasconcellos de Almeida

Universidade de Vila Velha / ES, Brasil
Rhaiani.almeida@gmail.com

Larissa Leticia Andara Ramos

Universidade de Vila Velha / ES, Brasil
Larissa.amos@uvv.br

Luciana Aparecida Netto de Jesus

Universidade de Vila Velha / ES, Brasil
Luciana.jesus@uvv.br

Abstract

This work presents a mapping of the spaces of public use and of the green areas of the municipality of Vila Velha - ES, having as a cutback the Regional 02 - Grande Ibes. The mapping was performed in the ArcGIS georeferencing program, through analysis of the images of Google Earth based on the data obtained in the Municipal Master Plan and visits to the sites. As result, an expressive number of spaces for social practice was perceived, in contrast there is a deficit in the maintenance and imbalance in the distribution of these spaces. The identified green areas are located at the ends of the regional, benefiting only the surrounding neighborhoods.

Keywords: Public spaces; Social practices; Urban quality; Urban planning.

Introdução

O processo de urbanização das cidades, impondo a substituição de áreas naturais por centros construídos, aconteceu de forma acelerada e repentina, voltada para os interesses econômicos e políticos, prejudicando a qualidade de vida da população. Maricato (2001) afirma que as cidades de médio porte passaram a apresentar, a partir da década de 80, como constatado pelo Censo do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), um crescimento urbano intenso, inclusive superior ao das cidades de maior porte.

Neste cenário, com a modificação de ambientes naturais a partir do adensamento dos edifícios, da concentração de indústrias, da abertura de vias, da impermeabilização do solo, da redução das áreas verdes, dentre outras ações impactantes do uso do solo urbano, o conforto ambiental nas cidades é modificado, alterando o microclima local e a qualidade do ar, gerando poluição, aumento de temperaturas e, conseqüentemente, de consumo energético.

É importante ressaltar que todas as pessoas têm o direito de usufruir dos espaços da cidade de forma igualitária e saudável. Para que isso aconteça de forma plena, é preciso que a cidade seja viva. A cidade viva, segundo Gehl (2014), é aquela que convida as pessoas a caminhar, pedalar, ou permanecer nos espaços livres que ela oferece. A presença de pessoas circulando pela cidade a torna mais agradável e segura. A cidade viva é ainda para Gehl (2014), aquela que dá ênfase e prioridade ao pedestre com a finalidade de se alcançar um espaço com maior vitalidade.

A interação entre população e espaço público normalmente acontece de forma espontânea, natural, contribuindo para construção de uma relação afetiva, favorecendo a vitalidade urbana e a vivência da cidadania. Os espaços públicos podem assumir diversas formas e tamanhos, abrangendo lugares designados ao uso cotidiano. A palavra “público” indica que esses espaços são abertos e acessíveis a todas as pessoas (Alex, 2011). Os espaços livres de uso público, além de servirem como espaços de atividades recreativas e de lazer, também garantem uma importante arena para grandes encontros, manifestações e protestos políticos (Gehl, 2014). Geralmente essas áreas estão localizadas em pontos estratégicos da cidade, em proximidade com centros urbanos, ou perto de monumentos importantes, facilitando assim, a agregação de pessoas.

Deste modo, considerando as noções acima, os espaços livres abrangem os espaços públicos como praças, parques, ruas, praias urbanas além de terrenos privativos, sem construções e vazios, com ou sem potencial para áreas sociais. Dentre os espaços livres de uso público, destacam-se as praças e os parques urbanos, como elementos de fundamental importância para a qualidade de vida.

Entende-se como praça, os espaços de uso público que estão implantados numa infraestrutura já existente no contexto urbano, servindo até mesmo como organizadoras do sistema viário local e que incentivam o uso comunitário, possuindo canteiros, mobiliários e equipamentos públicos. Os parques urbanos são espaços de uso público voltados ao lazer, cultura e recreação, ocupando uma área superior à de uma quadra,

possuindo massas verdes, paisagem e elementos naturais como a água (Carneiro E Mesquita, 2000).

As áreas verdes possuem grande importância e influência na qualidade de vida urbana, pois, interferem diretamente no microclima local, refrescando o ambiente e contribuindo para o equilíbrio ambiental (Gomes, 2005). Entretanto, para que sejam considerados espaços de uso público, devem ser multifuncionais e integrados socialmente, culturalmente e cientificamente. A implantação de espaços de usos públicos com cobertura vegetal, arborizados propicia aos usuários a oportunidade de realizar suas necessidades ao ar livre com conforto. A vegetação, além de contribuir no conforto térmico, enriquece a qualidade do solo, evitando assoreamento, diminui a poluição sonora, promovendo o desenvolvimento sustentável, este comprometido com o processo de urbanização das cidades (Sanchotene, 2004).

Destaca-se ainda que a quantidade de vegetação urbana tem sido mensurada através de indicadores que expressam a superfície da área verde por habitantes (IAV = Índices de Áreas Verdes) ou proporção do solo ocupado pela arborização (PAV = Porcentual de Áreas Verdes). A Sociedade Brasileira de Arborização Urbana recomenda um mínimo de 15 m² de área verde por habitante (SBAU,1996). Estocolmo, por exemplo, é uma das cidades com o maior índice de áreas verdes do mundo, com cerca 86 m² de área verde para cada habitante, além disso, 90% da população tem acesso às áreas verdes em um raio de 300 metros em relação a suas residências (Programa Cidades Sustentáveis, 2012), distância está para que a população do entorno, em um intervalo de tempo médio de 3 a 4 minutos de percurso a pé, acesse a área com facilidade.

Na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo (município utilizado como estudo deste trabalho), verifica-se carência de espaços livres de uso público que interagem com a população. A falta de planejamento urbano, o adensamento populacional e o processo de urbanização da cidade resultaram na substituição de ambientes naturais por espaços construídos.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um levantamento dos espaços livres de uso público e das áreas verdes existentes na cidade de Vila Velha - ES, tendo como recorte a Regional 02 - Grande Ibes, a fim de identificá-los, classificá-los e compará-los no cenário urbano.

Método

Leituras de bibliografias referentes a espaços livres públicos e áreas verdes foram necessárias na realização deste trabalho, a fim de contextualizar e conceituar as áreas estudadas. A identificação das áreas foi realizada utilizando imagens de satélite e dados geográficos disponibilizados pelo programa *Google Earth*, confrontando as informações presentes na Lei nº 4.575/2007, Plano Diretor Municipal de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Após a identificação dos espaços livres de uso público, foi desenvolvida uma base cartográfica digital, no programa *ArcGIS*, de geoprocessamento via satélite, com legendas de identificação específicas. Também foi utilizado o Mapa Interativo, disponibilizado no site do IBGE, onde foi possível acessar dados demográficos baseados no Censo 2010.

As áreas foram mapeadas, considerando a classificação utilizada por Mendonça (2015) que classifica os espaços livres de uso público em três grupos: espaços livres públicos de equilíbrio ambiental; espaços livres públicos de práticas sociais e espaços livres potenciais. Com as áreas identificadas e mapeadas foi possível realizar análises e comparações gerais entre as informações coletadas, considerando o recorte da Regional 2 - Grande Ibes. Ressalta-se neste trabalho, a análise de dois grupos consolidados: espaços livres de uso público para práticas sociais e espaços livres de equilíbrio ambiental.

Resultados

Caracterização da Regional 02 - Grande Ibes

Vila Velha é a cidade mais antiga do Estado do Espírito Santo, e a segunda mais populosa. Limita-se ao norte com o município de Vitória; ao sul com Guarapari; a leste com o oceano Atlântico e a oeste com os municípios de Viana e Cariacica. Para melhor organização, é dividida em cinco regiões administrativas (Figura 1). De acordo com o Censo de 2010, possui 414.586 habitantes e área de unidade territorial de 209,965 km² (IBGE, 2010).

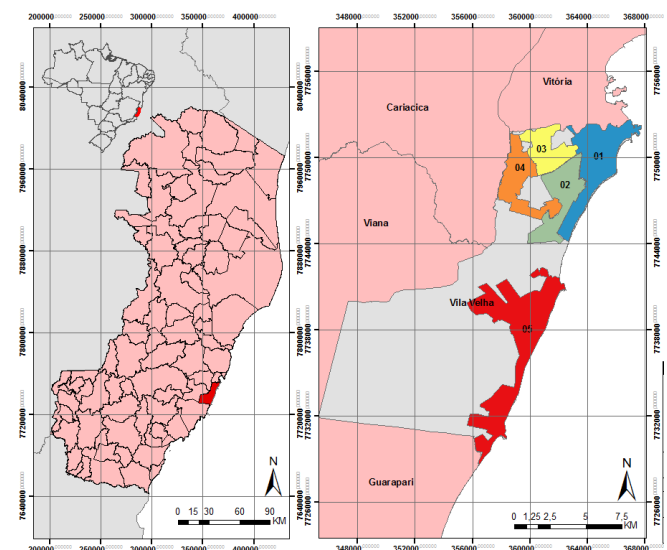


Figura 1: Localização do Município de Vila Velha - ES e suas regiões administrativas.

Imagem gerada pelo ArcGIS, com base na Lei nº 4707/2008, modificada pelas autoras (2016).

De acordo com a Lei Municipal nº 4707/2008, que dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e denominação dos mesmos, assim

como os critérios para organização e criação de bairros no perímetro urbano do Município, a Região 02 – Grande Ibes (evidenciada na figura 1 acima na cor verde), abrange 21 (vinte e um) bairros, conforme figura 2 a seguir. São eles: Ibes; Araçás; Brisamar; Cocal; Darly Santos; Guaranhuns; Ilha dos Bentos; Jardim Asteca; Jardim Colorado; Jardim Guadalajara; Jardim Guaranhuns; Nossa Senhora da Penha; Nova Itaparica; Novo México; Pontal das Garças; Santa Inês; Santa Mônica Popular; Santa Mônica; Santos Dumont; Vila Guaranhuns e Vila Nova. As primeiras ocupações territoriais da regional que aconteceram na década de 70 foram aonde hoje são os bairros do Ibes, Santa Inês, Vila Nova e Jardim Colorado. As ocupações mais recentes a partir da década de 90 são nos bairros: Pontal das Garças e Darly Santos.

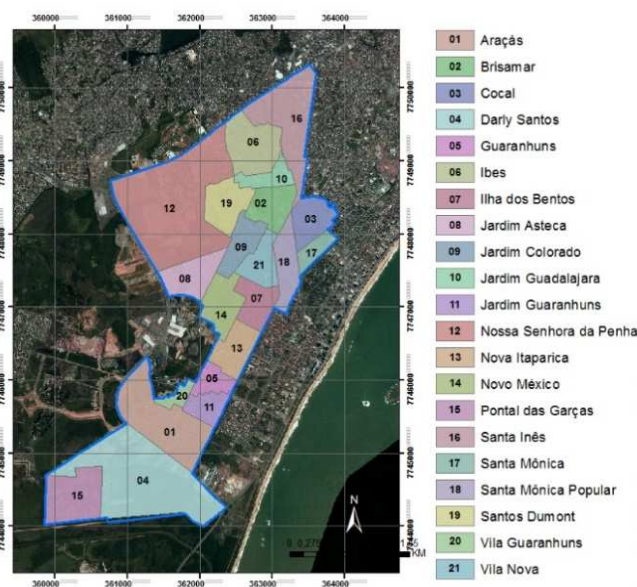


Figura 2: Identificação dos bairros da Regional 2.

Imagem gerada pelo ArcGIS, com base na Lei nº 4707/2008, modificada pelas autoras (2016).

A Regional 02, segundo o Plano Diretor Municipal de Vila Velha, é constituída por Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA - B), Zona Especial de Interesse Urbanístico (ZEIU - I, ZEIU - II), Zona Especial de Interesse Econômico – Empresarial e Retroportuária (ZEIE) e Zona de Ocupação Prioritária (ZOP 4 e ZOP 5). Destaca-se, na Região, uma grande área de interesse empresarial, onde atualmente funciona uma pedreira, e também áreas de interesse ambiental, com destaque para o Morro do Cruzeiro e o Parque de Cocal, este último inaugurado em 2016 e ilustrado nas Figuras 3 e 4.

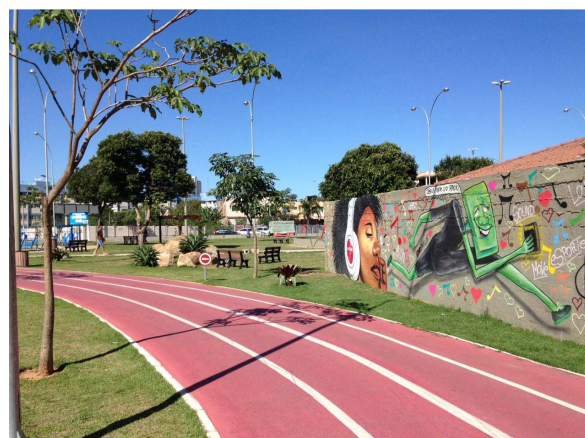


Figura 2: Parque de Cocal.

Ramos (2017).

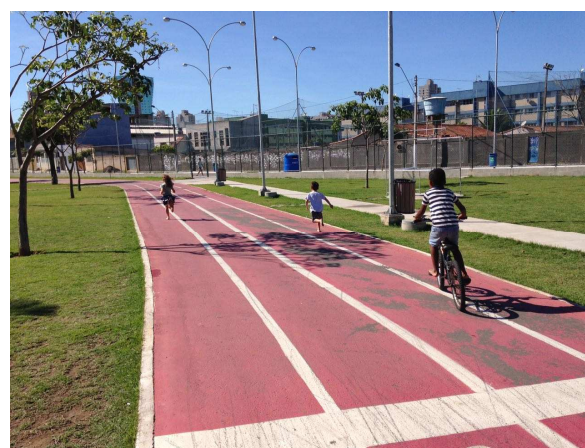


Figura 3: Parque de Cocal.

Ramos (2017).

Identificação dos espaços livres de uso público para práticas sociais

Os espaços livres de uso público para práticas sociais são áreas destinadas ao lazer, esporte e recreação. Fazem parte deste grupo as praças, parques urbanos, os trechos de orlas marítima urbanizada, espaços residuais associados à malha viária e faixa de areia da praia (MENDONÇA, 2015). Em toda Regional 2, foram mapeadas 22 praças, um parque urbano, uma quadra poliesportiva e 4 (quatro) campos de futebol.

Como forma de identificar os bairros e a quantidade de pessoas que utilizam os espaços livres de uso público para prática social da Regional 2, foi inserido a partir do perímetro dos espaços (praça, parques, campo de futebol e quadras poliesportivas), um raio de 300 metros, considerado como área de influência, para que se pudesse identificar a população contemplada, conforme ilustrado na Figura 5, a seguir. O raio de 300 metros foi considerado em uma primeira análise, pois equivale a um intervalo de tempo médio de 3 a 4 minutos de percurso a pé, para que a população do entorno tenha acesso às áreas com facilidade.

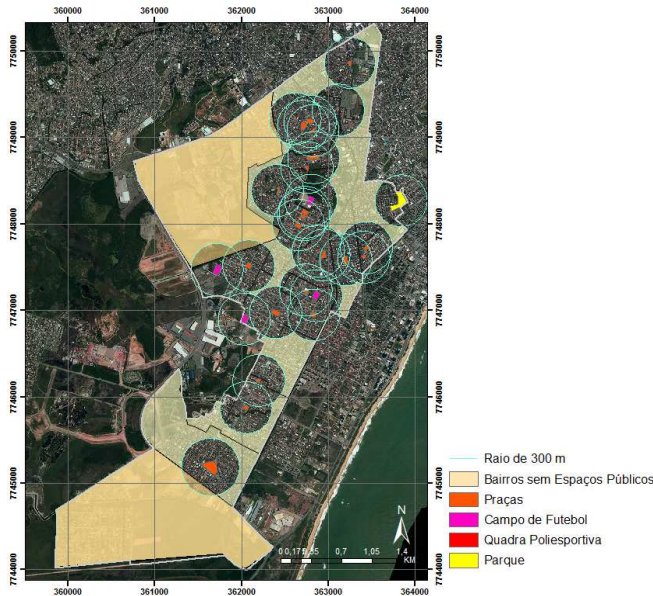


Figura 4: Mapeamento das áreas livres de uso público de para práticas sociais da Regional 02.

Imagem gerada pelo ArcGIS, com base na Lei nº 4707/2008, modificada pelas autoras (2017).

Sendo assim, considerando a abrangência de um raio de 300 metros, foi possível constatar que 56% da população da área de estudo tem acesso a estas áreas. Destaca-se também uma maior concentração e diversidade de espaços livres para práticas sociais nos bairros da Regional 2 com ocupação na década de 70, como é o caso dos bairros Ibes, Novo México e Araçás.

Se for considerado um raio de 500 metros de abrangência em torno dos espaços públicos para práticas sociais, cerca 89% da população da Regional é contemplada. Esse raio de 500 metros fez-se necessário para as análises, tendo em vista que grande parte dos espaços identificados possuem quadras (equipamento este que desloca usuários de distâncias maiores). Logo, percebe-se uma boa distribuição dos espaços livres de uso público destinados a práticas sociais na regional estudada, conforme ilustrado na Figura 6.

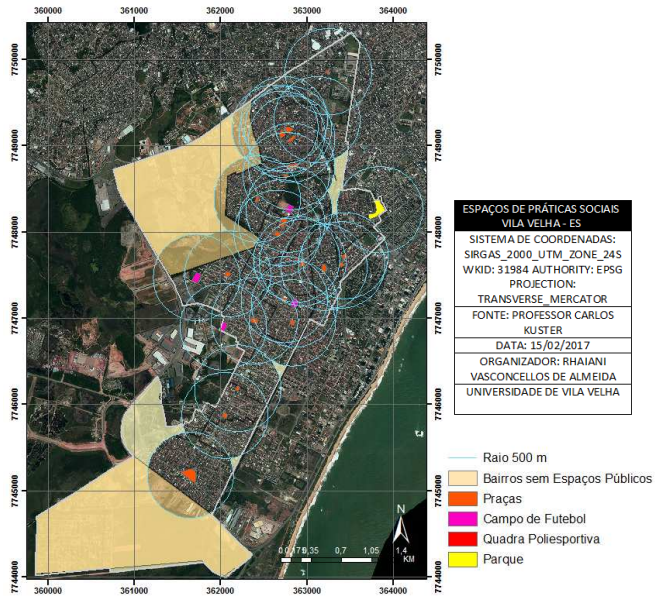


Figura 5: Mapeamento das áreas livres de uso público de para práticas sociais da Regional 02.

Imagem gerada pelo ArcGIS, com base na Lei nº 4707/2008, modificada pelas autoras (2017).

Apenas 6 (seis) dos 21 bairros da Regional (evidenciados em rosa, nas Figuras 5 e 6) possuem total ausência de espaços livres públicos para práticas sociais. São os bairros Nossa Senhora da Penha, Darly Santos, Jardim Guaranhuns, Vila Guaranhuns, Nova Itaparica e Portal das Garças.

O bairro Nossa Senhora da Penha é classificado pelo PDM como uma Zona Especial de Interesse Econômico (ZEIE), pela sua vocação empresarial e localização retroportuária. Grande parte do bairro Darly Santos e o bairro Portal das Garças são classificados como Zona de Interesse Urbanístico, pois possuem predomínio do uso industrial e por isso baixa densidade habitacional. São também bairros situados em regiões alagadiças.

Esses bairros não apresentam espaços livres de uso público, entretanto, quando analisadas as influências dos raios de 300 metros e 500m, nota-se que uma pequena parcela destes bairros também é abrangida pelos espaços para práticas sociais presentes na regional.

A maior quantidade de espaços livres de uso público destinados a práticas sociais encontra-se no bairro do Ibes. Este possui 4 praças e 1 campo de futebol, tendo 60% da população do bairro acesso a estas áreas, em um raio de 300 metros (Figura 7).

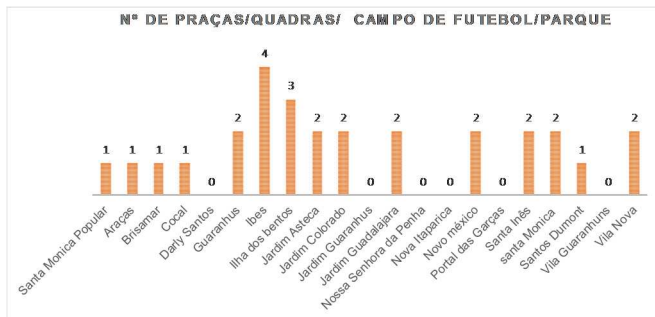


Figura 7: Distribuição das praças por bairro da Regional 02.

Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa (2017).

Análise das praças

Dentre as análises de espaços livres de uso público para práticas sociais deu-se foco na análise e caracterização das praças, pois são espaços livres de maior acessibilidade dentro da malha urbana, uma vez que grande parte das áreas verdes estão situadas em áreas com alta declividade e difícil acesso.

De acordo com o Manual de Espaços Públicos (Gatti, 2013) há algumas características básicas que ajudam a definir e analisar as condições de um espaço público, a fim de identificar seus problemas e potencialidades para futuras adaptações e investimentos, tais como: Acessibilidade, arborização, segurança, conforto, áreas de estar e permanências, atividades a serem realizadas, apelo visual e entre outras. Estes podem variar de acordo com a escala ou o tipo de atividade.

Na regional estudada foram identificadas 22 praças, sendo elas distribuídas de forma a atender uma grande parcela da população residente, sendo possível acessá-las de forma rápida e fácil, pois as mesmas estão implantadas bem próximas umas das outras. As praças possuem características e usos diversos, absorvendo demandas da população do entorno. Por exemplo, as praças dos bairros Novo México e Jardim Colorado possuem equipamentos voltados para recreação e entretenimento, como quadras esportivas, playground, academia popular/idoso, áreas de permanências arborizadas e espaços de alimentação onde acontecem atividades noturnas voltadas para alimentação. Já as praças dos bairros Santa Mônica e Ilha dos Bentos são mais arborizadas e voltadas para o descanso dos usuários, utilizadas principalmente nos finais de semana (Figura 8 e 9).



Figura 8: Praça de Santa Mônica

Almeida (2016).



Figura 9: Praça de Araçás.

Almeida (2016).

A Figura 10, representa uma síntese das análises realizadas nas praças da regional estudada referentes às infraestruturas básicas para a qualidade das mesmas. Percebe-se que todas as praças são iluminadas e limpas, entretanto sofrem com a falta de policiamento e a carência por meio de acesso a praças através do transporte público ou particular. Em relação a acessibilidade e ao desenho universal, aproximadamente 50% das praças analisadas atendem os requisitos da NBR 9050/2015.

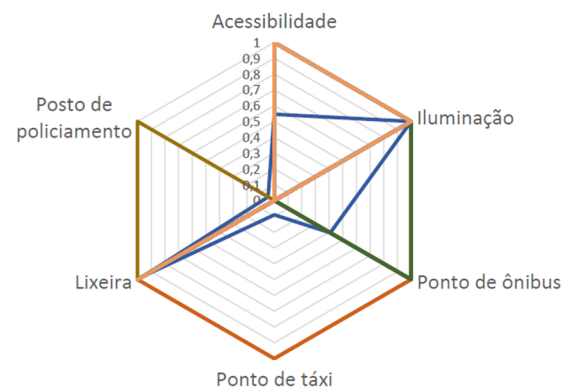


Figura 10: Infraestrutura das Praças da Regional 02.

Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, (2017).

No âmbito de atrativos e vivência (Figura 11), em todas as praças foram encontrados espaços para descanso e em 85% delas, locais para alimentação, com bancos e mesas. Algumas praças fornecem equipamentos para uso coletivo, como quadras esportivas, playgrounds e academias de idosos, sendo este último equipamento característico dos novos modelos de praça. O que mais se destaca nas praças da Regional 2 é a presença de áreas de descanso sombreadas por vegetação arbórea, que proporcionam maior conforto térmico e qualidade ambiental urbana.

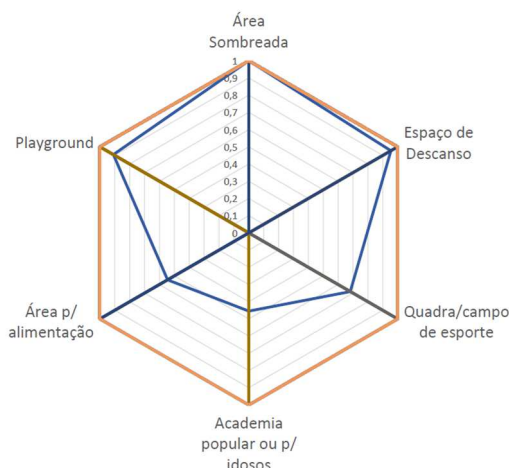


Figura 11: Atrativos e Vivência das Praças da Regional 02.

Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, 2017.

Ao analisar as praças e seu entorno, nota-se uma relação expressiva com o uso desses espaços. As praças da Regional são situadas em bairros residenciais e este fator interfere na frequência de utilização de cada praça.

Outro elemento importante a ser considerado é que a maioria das praças possuem em seu entorno imediato instituições públicas (religiosas, de ensino e de saúde). A presença desses edifícios contribui para a apropriação, frequência e vitalidade desses espaços. Das 22 praças, apenas 5 não possuem edifícios públicos em suas imediações, conforme descrito na tabela 1, a seguir. Verifica-se uma maior presença de instituições de ensino e religiosas.

Ao realizar as visitas nas praças, percebeu-se também que os edifícios do entorno interferem na vivência diária, tendo como exemplo dessa relação, o bairro Ibes. É o bairro que mais contém espaços livres de uso público para práticas sociais e, nas imediações destes espaços, muitas instituições públicas. São os usuários destes edifícios que mais fazem o uso das praças, principalmente no período diurno (no horário de funcionamento do estabelecimento).

As praças de Jardim Colorado também possuem uma frequência no período diurno pois possuem instituições no entorno. Entretanto, ao contrário das praças do bairro Ibes, estas possuem o uso principal noturno, em especial nos finais

de semana, com a presença de espaços para barracas gastronômicas.

Tabela 1 – Identificação de edifícios públicos no entorno dos espaços livres de uso público da Regional 02.

Bairro	Nº de praças	Praças	Entorno -Edifício Público
Araças	1	Parque Municipal de Araças	Instituição de Saúde, Instituição Religiosa
Cocal	1	Parque Urbano de Cocal	Instituição de Ensino
Guaranhus	2	Praça Guaranhus	-
		Praça de Guaranhus- Santíssima Trindade.	Instituição Religiosa
Ibes	4	Praça	Instituição Religiosa, Instituição de Ensino, Instituição de Saúde
		Playground - Praça Ibes	
		Praça Glicerio Teixeira Reis	
		Praça Ibes	
Iha dos bentos	2	Praça Iha dos Bentos	-
		Praça Edson Araújo	Instituição de Ensino
Jardim Asteca	1	Praça Jardineira	-
Jardim Colorado	2	Praça Infantil	Instituição de Ensino, Instituição Religiosa, Instituição de Saúde
		Praça Jardim Colorado	
Novo México	1	Praça Almir Agostini da Costa	-
Santa Inês	2	Praça Deonica Adadalto	-
		Praça Santa Inês- Pestalozzi	Instituição de Ensino
Santa Mônica	2	Praça Barrão	Instituição de Ensino
		Praça Infantil	Instituição Religiosa
Santa Mônica Popular	1	Praça de Santa Monica Popular	Instituição de Ensino
Santos Dumont	1	Praça de Santos Dumont	Instituição de Ensino
Vila Nova	1	Praça de Vila Nova	Instituição de Ensino

Tabela gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, 2017.

Identificação dos espaços livres de uso público de equilíbrio ambiental

Os espaços livres de uso público de equilíbrio ambiental compreendem as áreas cobertas de vegetação significativa, que envolvem as unidades de conservação e demais áreas de valor paisagístico-ambiental (Mendonça, 2015).

Foram consideradas no mapeamento dos espaços livres públicos de equilíbrio ambiental, áreas determinadas através Plano Diretor Municipal de Vila velha (Lei nº 4.575/2007) como Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIAs) e alguns terrenos privativos de valor paisagístico ambiental. As ZEIAs representam as áreas de preservação permanente situadas em relevo acentuado no Morro do Cruzeiro, localizado entre os bairros Ibes, Jardim Guadalajara e Brisamar. (Figura 12)

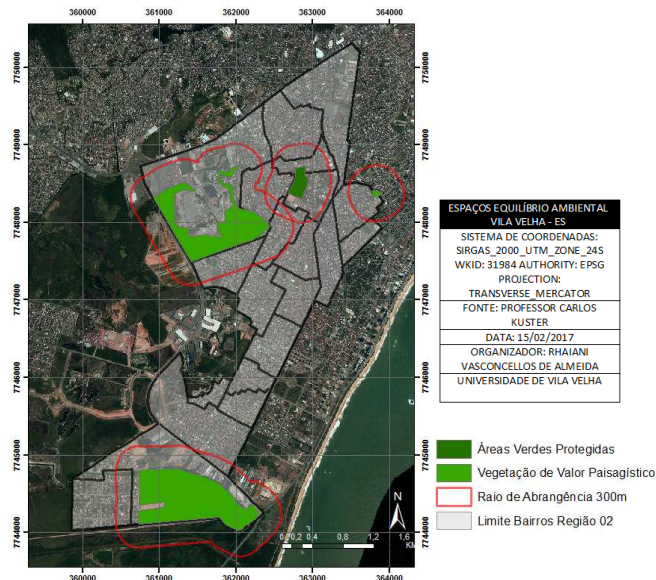


Figura 12: Mapeamento das áreas livres de uso público de equilíbrio ambiental da Regional 02.

Fonte: Imagem gerada pelo ArcGIS, com base na Lei nº 4707/2008, modificada pelas autoras (2017).

Para o cálculo do índice de áreas verdes da Regional 02, foram consideradas as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIAs), a arborização das praças e as massas de vegetação de valor paisagístico. Não foram consideradas as arborizações de vias públicas.

De acordo com o mapeamento das áreas livres de uso público de equilíbrio ambiental, o índice de áreas verdes da regional estudada corresponde a cerca 20,40 m²/habitantes. Ainda que o índice tenha sido superior ao mínimo recomendado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) que é de 15m² de área verde por habitante em áreas urbanas, percebe-se que há uma concentração desses espaços, beneficiando somente os bairros do entorno. Algumas dessas áreas possuem acesso restrito a população por estarem em áreas particulares.

O bairro Darly Santos (apesar de ser um dos bairros da regional sem espaços livres para práticas sociais) apresenta o maior índice de áreas verdes com 1339 m²/ habitante, demonstrando o potencial do bairro para criação de um parque urbano. Apesar da presença de área verde existente no bairro, o alto índice acontece também pelo fato do bairro possuir grande extensão territorial e um número reduzido de habitantes.

A Figura 13 a seguir, demonstra o percentual de bairros que possuem índice de áreas verdes abaixo e acima de 15m²/habitantes. Pode-se perceber a discrepância na distribuição dessas áreas, uma vez que 86% dos bairros

possuem esse índice igual a zero, ou seja, apresentam ausência de áreas verdes significativas nos bairros.

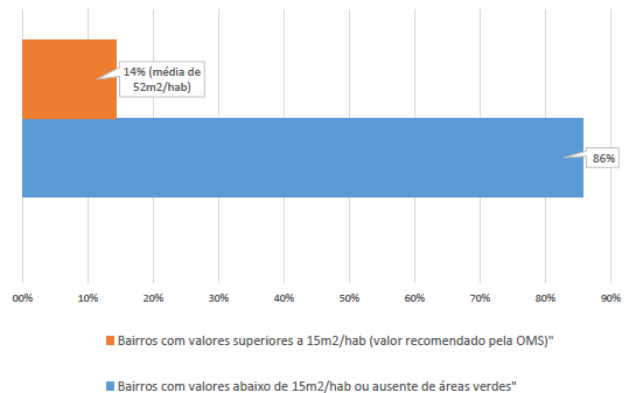


Figura 13: Índice de área verde dos bairros da Regional 02

Imagem gerada pelo Excel a partir de dados coletados na pesquisa, (2017).

Conclusão

Vila Velha, principalmente no final do século XX, passou por um processo de adensamento populacional significativo e com isso vem sofrendo uma série de mudanças no uso do solo urbano, na estrutura da paisagem e na mobilidade urbana, fazendo com que a cidade apresente carência de áreas livres de uso público e de áreas verdes que proporcionassem a interação com a população e relações interpessoais. Logo, a falta de áreas verdes interfere na qualidade de vida da população, pois vem ocasionando alterações climáticas com temperaturas elevadas.

Esse crescimento desordenado e a falta da cobertura vegetal acarreta principalmente nos espaços públicos um desinteresse de praticar atividades ao ar livre e até mesmo deslocamentos a pé. Nos espaços voltados para prática social esse déficit de áreas sombreadas proporciona o não uso e realização de atividades, devido à forte incidência de solar, não propiciando a prática de uma vida saudável em contato com a natureza. A falta de infraestrutura, manutenção, qualidade e visibilidade dos espaços de prática social acaba gerando ambientes ociosos por falta de atividades dos usuários e vulnerabilidade por falta de segurança.

De acordo com o mapeamento das áreas livres de uso público da Regional 02 – Grandes Ibes, percebeu-se um número relevante de espaços livres para prática social, com predominância de praças, atingindo e integrando uma boa parcela da população da regional. Entretanto essa realidade, não acontece em todo o município, pois o mesmo possui regiões que não são contempladas por espaços de uso públicos.

A pesquisa ainda mostra, através do mapeamento das áreas de equilíbrio ambiental, que as áreas verdes não atendem

homogeneamente à população, pois são concentradas na extremidade da regional, privilegiando os bairros nas imediações. Nos demais bairros faltam espaços verdes e em toda a região a arborização das vias é precária.

Em relação as áreas verdes protegidas (ZEIAs), foi identificada apenas uma área, que seria o Morro do Cruzeiro, que contribui para uma melhora na qualidade de vida e uma relação direta com a natureza. Entretanto, se desconhece projetos desenvolvidos pela municipal para melhorar a qualidade ambiental desta área.

Os mapas e tabelas gerados constituem fonte de dados para possíveis futuras intervenções do poder público na criação de espaços livres de uso público para o município de Vila Velha, visando aumentar a qualidade de vida da população no aspecto urbano, ambiental e, por consequência, social.

Espera-se com este trabalho contribuir para novas pesquisas e intervenções futuras nos espaços livres de uso público da cidade de Vila Velha, em especial da Regional 02, visando melhorar a qualidade urbana, através da valorização da preservação das áreas verdes, com isso diminuindo as ilhas de calor e permeabilidade do solo, e introduzir espaços que estejam voltados para a integração, a participação e o convívio da população por meio de novos espaços ou manutenção dos já existentes.

Recomenda-se um aprofundamento nos estudos visando o desenvolvimento de uma rede de áreas livres de uso público para o município, com diversidade de uso e consumo, com espaços destinados a um público local e também espaços de abrangência regional, municipal e até metropolitano.

Agradecimentos

As autoras deste trabalho, pertencentes ao grupo de pesquisa Paisagem Urbana e Inclusão, do Núcleo de Estudos e Práticas (NEP) da Universidade de Vila Velha (UVV), agradecem à Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP) e a Universidade Vila Velha pelo apoio recebido.

Referências

ARCGIS. Software. Disponível em
<<http://www.esri.com/software/arcgis/index.html>> Acesso em 08 de maio 2016.

- Alex, Sun. Projeto da Praça: Convívio e Exclusão no Espaço Público. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2ª Edição, 2011.
- CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. Espaços livres do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- Gehl, Jan. Cidade para Pessoas. São Paulo: Perspectiva. 2014.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. As praças de Ribeirão Preto -SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos. 204 f. 2005. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010
- Maricato, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.25.
- Mendonça, E. M. S. A importância metropolitana do sistema de espaços livres da região de Vitória – ES – Brasil. In EURO ELECS 2015, Guimarães, Portugal. In Anais EURO ELECS 2015, Guimarães, Portugal, Vol. III, 2015. ISBN 978-989-96543-8-9.
- MICROSOFT Excel 2013. Microsoft Corporation, 2013. 1 CD-ROM.
- Programa Cidades Sustentáveis. Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros (Indicadores e Referências). Rede Nossa São Paulo. Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Agosto 2012.
- Gatti, Simone. Coordenação do Programa Soluções para Cidades. Espaços Públicos. Diagnóstico e Metodologia de projeto. São Paulo, ABCP, 2013. Disponível em:<<http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publico%20s.pdf>> Acesso em: 17 abril 2017.
- Almeida, Rhaiani Vasconcellos. Praça de Santa Mônica. 2016. 3 fotografia.
- Ramos, Larissa Leticia Andara. Parque do Cocal. 2017. 1 fotografia.
- Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU. Carta de Londrina e Iporã. Boletim Informativo, v.3, n.5, p.3, 1996.
- Sanchotene, M. do C. C. Conceitos e composição do índice de áreas verdes. Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, Piracicaba, n.1, p. 4-9, 2004.
- Vila Velha. Lei nº 4.575 de 26 de novembro de 2007. Plano Diretor Municipal de Vila Velha. Prefeitura Municipal de Vila Velha. ES, 2007.
- Vila Velha. Lei nº 4.707 de 10 de setembro de 2008. Institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município. Prefeitura Municipal de Vila Velha- ES, 2008.